

HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE BRASÍLIA

Termo de Referência 46/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
46/2026	160088-HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE BRASÍLIA	RAFAIA BAUER BRINATI	28/05/2026 09:14 (v 0.9)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64576.024647/2025-51

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64576.024647/2025-51)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento técnico, administrativo e alocação de profissionais de saúde para o funcionamento de 07 (sete) leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Militar de Área de Brasília (H Mil A Brasília), nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento técnico, administrativo e alocação de profissionais de saúde para o funcionamento de 07 (sete) leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Militar de Área de Brasília (H Mil A Brasília).	14338	SV	7	R\$ 1.066.165,37	R\$ 7.463.157,60

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado com predominância de mão de obra, tendo em vista que sua execução se dará de maneira contínua ao longo do tempo, sem interrupções, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que a natureza da atividade contratada assim exige, conforme exposto no Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000129/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 06/05/2024;
- III) Id do item no PCA: 42;
- IV) Classe/Grupo: 931- SERVIÇOS DE SAÚDE HUMANA;
- V) Identificador da Futura Contratação: 160088-11/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratação de serviços hospitalares para gestão de leitos de UTI, embora não envolva diretamente a execução de obras ou intervenções físicas de grande escala, possui implicações ambientais que devem ser consideradas no âmbito da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021.;

4.1.2. Entre os possíveis impactos ambientais associados à prestação deste tipo de serviço, destacam-se:

4.1.2.1. Geração de resíduos hospitalares: O funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva implica na produção significativa de resíduos de serviços de saúde (RSS), incluindo materiais perfurocortantes, contaminantes biológicos e resíduos químicos, que exigem manejo e descarte conforme normas da ANVISA e da legislação ambiental vigente (como a RDC nº 222/2018);

4.1.2.2. Consumo intensivo de recursos naturais: Leitos de UTI demandam uso contínuo de energia elétrica e água, em especial para operação de equipamentos, climatização, iluminação e higienização. Isso contribui para a pegada ecológica da unidade prestadora do serviço;

4.1.2.3. Emissão de gases e poluentes indiretos: O funcionamento de geradores (quando utilizados como fonte de energia reserva), bem como o transporte de insumos, pacientes e resíduos, pode gerar emissões atmosféricas, ainda que em escala localizada; e

4.1.2.4. Risco de contaminação ambiental: Eventual falha no tratamento e na destinação final dos resíduos hospitalares pode acarretar riscos ao meio ambiente e à saúde pública, afetando o solo, corpos hídricos e o ar.

4.1.3. Em observância ao art. 155 da Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes técnicas da RDC nº 50/2002-ANVISA, a Contratada deverá implementar e manter práticas de sustentabilidade ambiental durante toda a execução do objeto "intramuros", comprometendo-se formalmente a:

4.1.3.1. Gestão Hídrica: Adotar protocolos de higienização e esterilização que priorizem o uso racional da água, reportando imediatamente à Fiscalização Administrativa do H Mil A Bras qualquer desconformidade ou vazamento identificado na infraestrutura física da Unidade de Terapia Intensiva.

4.1.3.2. Eficiência Energética: Operar o parque tecnológico e os sistemas de climatização sob sua responsabilidade técnica de forma a minimizar o consumo de energia elétrica, garantindo que equipamentos não vitais permaneçam desligados ou em modo de economia de energia quando fora de uso, sem prejuízo à segurança do paciente.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.10. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.10.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.20. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 11:30 horas.

4.21. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.22. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria .

4.23. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.24. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica estabelecida no Anexo II - ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇOS e Anexo III NORMAS DE EXECUÇÃO:

5.1.1. Início da execução do objeto: 15 dias após a assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: estabelecida no Anexo II - ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇOS e Anexo III NORMAS DE EXECUÇÃO.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Duque de Caxias, S/N, Setor Militar Urbano, Brasília /DF, CEP 70.630-000;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: durante 24 (vinte e quatro horas) nos 7 (sete) dias da semana, ininterruptamente.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas estabelecidas no Anexo II - ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇOS e Anexo III NORMAS DE EXECUÇÃO:

Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
Uniformes

5.6. Os uniformes a serem fornecidos pelo CONTRATANTE, observando o disposto no ANEXO IV UNIFORMES.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

- 6.12.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.17.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

- 6.18.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.19.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

- 6.20.** Cabe ao gestor do contrato:

- 6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:
- 6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;
- 6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas,

enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.21. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR)], conforme previsto no Anexo V - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios estabelecidos no IMR.

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o recebimento definitivo.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

- 7.16.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.17.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.18.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
 - 7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
 - 7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
 - 7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.19.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.20.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.21.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.22.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.23.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 7.24.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- I) o prazo de validade;
 - II) a data da emissão;
 - III) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - IV) o período respectivo de execução do contrato;
 - V) o valor a pagar; e
 - Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.25.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 7.26.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.27.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

7.38. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.39. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.39.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.39.2 Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.40. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.40.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.41. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.42. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.43. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.44. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.45. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.45.1 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.45.2 Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.45.3 A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.45.4 A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.45.5 Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.45.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.46. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento [indicar o índice a ser adotado], com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.47. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.48. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será,

obrigatoriamente, o definitivo.

7.49. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.50. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.51. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.52. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.53. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.54. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.55. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.56. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.57. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.58. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até [indicar o prazo], contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.59. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.60. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.61. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.62. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.63. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.64. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.65.1 A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.66. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.66.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.66.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.66.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao

pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.66.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.67. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Da apresentação da Planilha de Custos e Formação de Preços

9.2. O licitante vencedor deverá apresentar, no momento da análise da proposta, a planilha de custos e formação de preços devidamente detalhada e atualizada, conforme o valor final ofertado no certame.

9.2.1. A planilha mencionada deverá discriminar todos os insumos, encargos sociais e trabalhistas, tributos e a margem de lucro, servindo como parâmetro objetivo para a análise de eventuais pedidos de repactuação decorrentes da variação dos custos de mão de obra, nos termos do Art. 135, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021, conforme ANEXO VII - Modelo de Proposta.

9.3. A não apresentação da planilha detalhada no prazo estipulado, ou a sua apresentação em desconformidade com os preços praticados no mercado e as normas vigentes, poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a recusa na assinatura do contrato.

Regime de Execução

9.4. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

9.5. A escolha do regime de Empreitada por Preço Global justifica-se pela natureza do objeto e pela necessidade de assegurar a entrega do resultado final esperado pela Administração, com base nos seguintes fundamentos:

9.5.1. Definição Precisa do Objeto: O serviço de UTI possui um escopo perfeitamente delimitado, com quantitativos de leitos (7 leitos) e escalas profissionais (médicos, enfermeiros e técnicos) previamente estabelecidos e de fácil aferição. Essa clareza permite a prefixação de um preço certo e total, minimizando riscos de variações imprevistas de custos para a Administração.

9.5.2. Foco no Resultado (Disponibilidade): Diferente da empreitada por preço unitário, onde se paga por itens isolados de execução, o preço global foca na disponibilidade integral do serviço. Para a UTI, o interesse público reside na garantia de que os leitos estejam prontos para uso 24h por dia, sendo este o 'produto' final contratado.

9.5.3. Eficiência no Controle e Fiscalização: Este regime simplifica o processo de medição e faturamento. A fiscalização recai sobre a entrega efetiva da disponibilidade do serviço (atendimento aos requisitos técnicos e escalas), reduzindo a carga burocrática de conferência de milhares de itens unitários e evitando aditivos desnecessários por erros de quantificação de insumos menores.

9.5.4. Segurança Orçamentária: O regime por preço global confere maior previsibilidade à execução financeira do órgão, uma vez que o valor mensal é fixo e vinculado à entrega do serviço completo, protegendo o erário contra oscilações de consumo de insumos que devem estar inclusos no risco do negócio da contratada.

9.5.5. Conformidade com a Lei 14.133/2021: O regime se alinha ao princípio da eficácia, buscando o máximo aproveitamento dos recursos com menor custo operacional de gestão, sendo o modelo mais adequado para serviços contínuos onde a unidade de medida é o mês de serviço prestado.

Exigências de habilitação

9.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.7. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 9.9.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.10.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.12.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.13.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.14.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20.** Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.23.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.24.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.25.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

9.30.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços similares de gestão de UTI/CTI adulto, em quantidade mínima de 4 (quatro) leitos, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.31.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.34. Apresentação dos profissionais, abaixo indicados, devidamente registrados no conselho profissional competente:

Item	Profissional	Qualificação
1	Médico Responsável Técnico	Título de Especialista em Medicina Intensiva, conforme estabelecido pelo respectivo Conselho.
2	Médico Diarista /Rotineiro	Título de Especialista em Medicina Intensiva, conforme estabelecido pelo respectivo Conselho.
3	Médico Plantonista	No mínimo três certificações entre as descritas a seguir: a) Suporte avançado de vida em cardiologia; b) Fundamentos em medicina intensiva; c) Via aérea difícil; d) Ventilação mecânica; e e) Suporte do doente neurológico grave, ou ainda, residência ou pós-graduação em Clínica Médica, Cirurgia Geral, Anestesiologia, Cardiologia, Nefrologia ou Pneumologia
4	Cirurgião-Dentista	Título de Especialista em Odontologia Hospitalar, reconhecido pelo respectivo Conselho (CRO).
5	Enfermeiro Coordenador	Com Especialização em Terapia Intensiva comprovada por título.
6	Enfermeiro Rotineiro	Com Especialização em Terapia Intensiva comprovada por título, com experiência na atividade no mínimo de 1 (um) ano.
7	Enfermeiro Plantonista	Com Especialização em Terapia Intensiva comprovada por título, com experiência na atividade no mínimo de 1 (um) ano.

8	Técnico de Enfermagem Assistencial	Registro no Conselho, com curso de aperfeiçoamento em terapia intensiva comprovada com certificado.
9	Assistente Social	Registro no Conselho.
10	Nutricionista	Registro no Conselho, com Residência em nutrição, ou experiência profissional em nutrição clínica de no mínimo 1 (um) ano
11	Fisioterapeuta Plantonista	Titulado, ou especialista em Fisioterapia em terapia intensiva, ou experiência comprovada em UTI adulto de no mínimo 1 (um) ano
12	Fonoaudiólogo	Registro no Conselho, com Especialização em disfagia, ou experiência profissional em UTI adulto de no mínimo 1 (um) ano.
13	Farmacêutico Clínico Hospitalar	Registro no Conselho, com Especialização em Farmácia Hospitalar comprovada por Título
14	Técnico ou Auxiliar de Farmácia	Registro no Conselho, com curso de aperfeiçoamento em Farmácia hospitalar comprovada por título e experiência comprovada em meio hospitalar.
15	Psicólogo	Registro no Conselho

9.34.1. Os profissionais acima indicados deverão participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.34.2 – Os seguintes profissionais deverão ainda ser detentores de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, registrado no respectivo conselho, conforme previsto na RDC N° 137, de 8 de fevereiro de 2017: Médico Responsável Técnico, Enfermeiro coordenador e Fisioterapeuta.

9.35. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.37. A licitante deverá demonstrar que possui em seu quadro permanente, na data prevista para assinatura do contrato, profissionais detentores de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, registrado no respectivo conselho, conforme previsto na RDC N° 137, de 8 de fevereiro de 2017 limitados a:

9.37.1. Responsável Técnico (Médico): Diploma de graduação em Medicina e Certificado de Especialidade em Medicina Intensiva (RQE), devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM).

9.37.2. Enfermeiro Responsável: Diploma de graduação em Enfermagem, com especialização em Terapia Intensiva, registrado no Conselho Regional de Enfermagem (COREN).

9.37.3. Fisioterapeuta: Diploma de graduação em Fisioterapia, titulado ou especialista em Fisioterapia em terapia intensiva, ou experiência comprovada em UTI adulto de no mínimo 1(um) ano, registrado no Conselho Regional de Fisioterapia (CREFITO).

9.38. Registro em Conselho de Classe:

9.38.1. Prova de registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Medicina (CRM) e no Conselho Regional de Enfermagem (COREN) da região de sua sede, em plena validade, comprovando a habilitação para a prestação de serviços médicos e de enfermagem.

Disposições gerais sobre habilitação

9.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 7.463.157,60 (Sete milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, cento e cinquenta e sete reais e sessenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Tendo em vista o interesse público e a ampla divulgação do processo de licitação, julga-se não haver necessidade de classificação do presente documento nos termos da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

12.2. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília/DF, 04 de maio de 2026

13. ANEXO I

13.1. Não haverá instrumento substitutivo, sendo utilizado o Contrato Formal.

14. ANEXO II

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇOS

O serviço de gerenciamento técnico, administrativo e alocação de profissionais de saúde para o funcionamento de 7 (sete) leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Militar de Área de Brasília (H Mil A Brasília) apresentado neste anexo, são de referências mínimas para execução dos serviços do objeto contratual. A CONTRATADA deve providenciar todas as demais ações que forem necessárias para manter efetivo o serviço e otimizar os processos.

1. DESCRIÇÃO GERAL

- 1.1. Os serviços deverão atender pelo acolhimento e admissão dos pacientes até a alta dos mesmos do ambiente da UTI.
- 1.2. A contratada ficará responsável pela conservação e bom uso dos aparelhos que ficarão sob sua guarda quando da operação dos 7 (sete) leitos, substituindo os mesmos no caso de dano ou quebra.
- 1.3. A empresa deverá disponibilizar os profissionais necessários ao funcionamento de 7 (sete) leitos de UTI, atendendo aos parâmetros estabelecidos por meio da Resolução – RDC nº 07, de 24 de fevereiro de 2010 e redações dadas pelas Resoluções – RDC Nº 26, de 11 de maio de 2012 e RDC N º 137, de 8 de fevereiro de 2017.

2. DOS PROFISSIONAIS

2.1. O quadro abaixo especifica os profissionais essenciais e assistenciais a toda UTI, com a qualificação desejável que a Contratada ficará responsável por garantir, visando manter a qualidade dos atendimentos na UTI do H Mil A Brasília:

Item	Profissional	Qualificação
1	Médico Responsável Técnico	Título de Especialista em Medicina Intensiva, conforme estabelecido pelo respectivo Conselho.
2	Médico Diarista /Rotineiro	Título de Especialista em Medicina Intensiva, conforme estabelecido pelo respectivo Conselho.
3	Médico Plantonista	No mínimo três certificações entre as descritas a seguir: a) Suporte avançado de vida em cardiologia; b) Fundamentos em medicina intensiva; c) Via aérea difícil; d) Ventilação mecânica; e e) Suporte do doente neurológico grave, ou ainda, residência ou pós-graduação em Clínica Médica, Cirurgia Geral, Anestesiologia, Cardiologia, Nefrologia ou Pneumologia
4	Cirurgião-Dentista	Título de Especialista em Odontologia Hospitalar, reconhecido pelo respectivo Conselho (CRO).
5	Enfermeiro Coordenador	Com Especialização em Terapia Intensiva comprovada por título.

6	Enfermeiro Rotineiro	Com Especialização em Terapia Intensiva comprovada por título, com experiência na atividade no mínimo de 1 (um) ano.
7	Enfermeiro Plantonista	Com Especialização em Terapia Intensiva comprovada por título, com experiência na atividade no mínimo de 1 (um) ano.
8	Técnico de Enfermagem Assistencial	Registro no Conselho, com curso de aperfeiçoamento em terapia intensiva comprovada com certificado.
9	Assistente Social	Registro no Conselho.
10	Nutricionista	Registro no Conselho, com Residência em nutrição, ou experiência profissional em nutrição clínica de no mínimo 1 (um) ano
11	Fisioterapeuta Plantonista	Titulado, ou especialista em Fisioterapia em terapia intensiva, ou experiência comprovada em UTI adulto de no mínimo 1 (um) ano
12	Fonoaudiólogo	Registro no Conselho, com Especialização em disfagia, ou experiência profissional em UTI adulto de no mínimo 1 (um) ano.
13	Farmacêutico Clínico Hospitalar	Registro no Conselho, com Especialização em Farmácia Hospitalar comprovada por Título
14	Técnico ou Auxiliar de Farmácia	Registro no Conselho, com curso de aperfeiçoamento em Farmácia hospitalar comprovada por título e experiência comprovada em meio hospitalar.
15	Psicólogo	Registro no Conselho

2.2. Todos os profissionais que atuarão na UTI deverão estar imunizados contra tétano, difteria, hepatite B e outros imunobiológicos, de acordo com a NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde estabelecida pela Portaria MTE/GM n.º 485, de 11 de novembro de 2005.

2.3. A CONTRATADA deverá certificar-se da atualização dos profissionais indicados, em relação a normas e rotinas técnicas desenvolvidas na unidade; incorporação de novas tecnologias; gerenciamento dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas na unidade e segurança de pacientes e profissionais; e prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde.

2.4. A qualquer tempo a CONTRATADA poderá ser solicitada a apresentar certificado dos cursos e atualizações dos profissionais por ela escolhidos para atuar na UTI.

2.5. Todo paciente internado em UTI deve ser avaliado quanto ao seu estado clínico em todos os turnos e nas intercorrências clínicas pelas equipes médica, de enfermagem e de fisioterapia, assinado e datado em prontuário eletrônico, com certificação digital.

2.6. As assistências nutricional, farmacêutica, fonoaudiológica, fisioterapêutica e de terapia ocupacional devem estar integradas às demais atividades assistenciais prestadas ao paciente, quando necessário.

2.7. A avaliação de outros profissionais envolvidos na assistência ao paciente quando realizada, deve ser registrada, assinada e datada em prontuário.

2.8. A equipe da UTI deve proceder ao uso racional de antimicrobianos, estabelecendo protocolos de forma interdisciplinar com as equipes de Controle de Infecção do H Mil A Brasília e de Farmácia Hospitalar.

2.9. A equipe da UTI deve monitorar e manter registros dos eventos sentinela que possam indicar a má qualidade da assistência, tais como extubação acidental, perda de cateter venoso e úlceras de pressão e estabelecer medidas de controle ou redução dos mesmos.

2.10. A CONTRATADA deverá recrutar, selecionar, contratar e fornecer todos os profissionais componentes da equipe multiprofissional da Unidade de Terapia Intensiva, sempre de acordo com a regra estabelecida pela RDC ANVISA nº 07/2010, RDC ANVISA nº 26/2012 e demais normativos legais que regem a prestação dos serviços de UTI.

2.11. Com vistas às regras estabelecidas na RDC ANVISA nº 07/2010 e RDC ANVISA nº 26/2012, ou equivalente e outras legislações pertinentes, será formalmente designado um coordenador médico, um enfermeiro coordenador da equipe de enfermagem e um fisioterapeuta coordenador da equipe de fisioterapia, assim como seus respectivos substitutos.

2.12. O coordenador médico designado deverá ter título de especialista em medicina intensiva, fornecido pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira - AMIB, para responder pelo UTI geral adulto.

2.13. Os coordenadores de enfermagem e de fisioterapia devem ser especialistas em terapia intensiva ou em outra especialidade relacionada à assistência ao usuário grave, específica para a modalidade de atuação.

2.14. O médico diarista/rotineiro deverá estar disponível na razão de um para cada dez leitos ou fração, no turno matutino. É imperativo que possua título de especialista em medicina intensiva, fornecido pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira - AMIB para atuação nesta função.

2.15. Os médicos plantonistas, enfermeiros assistenciais e fisioterapeutas assistenciais deverão estar disponíveis na razão mínima de um para cada dez leitos ou fração, em cada turno, durante as 24 horas do dia, 7 dias na semana.

2.16. Técnicos de enfermagem serão disponibilizados na razão mínima de um para cada dois leitos, em cada turno durante as 24 horas do dia, 7 dias na semana.

2.17. Médicos plantonistas, enfermeiros assistenciais, fisioterapeutas e técnicos de enfermagem estarão disponíveis em tempo integral para assistência aos usuários internados no UTI, durante o horário em que estão escalados para atuação na mesma.

3. NORMAS E ROTINAS

3.1. O H Mil A Brasília disporá de registro das normas institucionais e das rotinas dos procedimentos assistenciais e administrativos realizados na unidade, em comum acordo entre a contratada e o hospital, as quais devem ser:

3.2. Elaboradas em conjunto com os setores envolvidos na assistência ao usuário grave, no que for pertinente, em especial com a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar.

3.3. Aprovadas e assinadas pelo Responsável Técnico.

4. HUMANIZAÇÃO

4.1. Considerando que a humanização é uma das políticas prioritárias do Ministério da Saúde, as práticas de atenção e gestão humanizada deverão presidir as relações entre usuário e os profissionais que o atendem objetivando este fim.

4.2. Caberá à equipe multiprofissional o fornecimento de orientações aos familiares e aos usuários, nos horários de visita ou quando couber, em linguagem clara, sobre o estado de saúde e assistência a ser prestada desde a admissão até a alta.

4.3. O responsável legal pelo paciente deve ser informado sobre as condutas clínicas e procedimentos a que o mesmo será submetido.

4.4. O desempenho das atividades do objeto contratado deverão estar devidamente regulamentada em seus respectivos conselhos de classe e de acordo com as demais normas pertinentes.

5. PROTOCOLOS CLÍNICOS

5.1. As diretrizes clínicas / protocolos clínicos constituem importante ferramenta para tornar as condutas de assistência aos usuários mais homogênea e de melhor qualidade científica. A CONTRATADA deverá apresentar para fins da ASSINATURA DO CONTRATO, e a qualquer tempo, segundo demanda da CONTRATANTE, no mínimo os seguintes protocolos clínicos atualizados:

1. H1N1 / COVID-19 / Síndromes gripais graves em geral;
2. Parada cardiorrespiratória;
3. Ventilação não invasiva;
4. Padronização do desmame de ventilação mecânica;

5. Sedação e analgesia em UTI;
6. Profilaxia de hemorragia digestiva;
7. Controle da dor;
8. Úlcera por pressão;
9. Prevenção de pneumonia associada à ventilação;
10. Sepses;
11. TVP/TEP;
12. DHEG Grave;
13. Hemorragia do Ciclo Grávido Puerperal;
14. Acesso Venoso Central;
15. Cetoacidose Diabética;
16. Infarto agudo do miocárdio;
17. Angina estável e instável;
18. Arritmias;
19. Edema agudo de pulmão;
20. Intoxicação exógena;
21. Acidente Vascular Cerebral;
22. SARA;
23. Manejo de pós operatório de risco; e
24. Manejo de descompensação de doenças cardiovasculares.

6. INDICADORES DE QUALIDADE

- 6.1. A equipe da UTI deverá atuar sempre com foco no uso racional de antimicrobianos e insumos, estabelecendo normas e rotinas de forma multidisciplinar e em conjunto com a CCIH, Farmácia Hospitalar, Almoxarifado e Laboratório de Microbiologia.
- 6.2. Serão monitorados e mantidos registros de avaliações do desempenho e do padrão de funcionamento global da UTI, assim como de eventos que possam indicar necessidade de melhoria da qualidade da assistência com o objetivo de estabelecer medidas de controle ou redução dos mesmos.
- 6.3. Dentro das primeiras 24 horas de internação será calculado e registrado o Score de Gravidade dos usuários internados na UTI por meio de um Sistema de Classificação de Severidade de Doença recomendado por literatura científica especializada. Com base neste score, será determinado o índice de mortalidade esperado para estes pacientes.
- 6.4. O Coordenador Médico da UTI deverá correlacionar a mortalidade geral de sua unidade com a mortalidade geral esperada, de acordo com o Índice de gravidade utilizado.
- 6.5. Devem ser monitorados os indicadores mencionados na Instrução Normativa nº 7, de 24 de Fevereiro de 2010, da ANVISA, bem como por outro instrumento normativo que regula a CONTRATANTE.
- 6.6. Estes dados deverão estar em local de fácil acesso e ser disponibilizados à Vigilância Sanitária durante a inspeção sanitária e/ou à CONTRATANTE quando por esta solicitado.
- 6.7. Os usuários internados na UTI devem ser avaliados por meio de um Sistema de Classificação de Necessidades de Cuidados de Enfermagem recomendado por literatura científica especializada.
- 6.8. O Enfermeiro coordenador da UTI deverá correlacionar as necessidades de cuidados de enfermagem com o quantitativo de pessoal disponível, de acordo com o instrumento de medida utilizado.
- 6.9. Os registros de qualidade estatísticas desses dados devem ser apresentados mensalmente a CONTRATADA, em reuniões específicas para este fim.
- 6.10. Na monitorização e no gerenciamento de risco, a equipe da UTI deve:

- 6.10.1. Definir e monitorar indicadores de avaliação da prevenção ou redução dos eventos adversos pertinentes à unidade;
- 6.10.2. Coletar, analisar, estabelecer ações corretivas e notificar eventos adversos e queixas técnicas, conforme determinado pelo órgão sanitário competente, devendo ser notificados à gerência de risco ou outro setor definido pela instituição, de acordo com as normas institucionais.

7. ESTRUTURAS E SERVIÇOS HOSPITALARES A SEREM DISPONIBILIZADAS PELO H MIL A BRASÍLIA PARA FINS DE DIAGNÓSTICOS E TERAPÊUTICOS INCLUINDO:

- 7.1. Centro cirúrgico;
- 7.2. Ressonância Magnética;

- 7.3. Tomografia computadorizada;
- 7.4. Anatomia patológica;
- 7.5. Serviço de radiologia móvel com ultrassonografia portátil; e
- 7.6. Exames laboratoriais com microbiologia e hemogasometria, com lactato, além de exames complementares que auxiliem diagnóstico ou terapêutica dos pacientes, em período integral.

8. SERVIÇOS DIAGNÓSTICOS OU TERAPÊUTICOS, EXECUTADOS PELO H MIL A BRASÍLIA, NO HOSPITAL OU EM OUTRO ESTABELECIMENTO, CASO NÃO DISPONÍVEL:

- 8.1. Cirurgia cardiovascular;
- 8.2. Cirurgia vascular;
- 8.3. Cirurgia neurológica;
- 8.4. Cirurgia ortopédica;
- 8.5. Cirurgia urológica; e
- 8.6. Cirurgia buco-maxilo-facial;
- 8.7. Caso haja indisponibilidade no H Mil A Brasília, caberá à contratada realizar os serviços acima listados, sem ônus para a contratante.

9. ESPECIALIDADES, PARA REALIZAR AVALIAÇÕES DOS PACIENTES INTERNADOS NA UTI E CASO NECESSITEM, DISPONIBILIZADOS PELO H MIL A BRASÍLIA:

- 9.1. Assistência clínica vascular;
- 9.2. Assistência clínica neurológica;
- 9.3. Assistência clínica ortopédica;
- 9.4. Assistência clínica urológica;
- 9.5. Assistência clínica de gastroenterologia;
- 9.6. Assistência clínica oftalmológica;
- 9.7. Assistência clínica otorrinolaringológica;
8. Assistência clínica ginecológica;
9. Assistência cirúrgica geral;

15. ANEXO III - NORMAS DE EXECUÇÃO

NORMAS DE EXECUÇÃO

1. Condições gerais

1. A CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento médico especializado em Unidade de Terapia Intensiva sete dias por semana, vinte quatro horas por dia utilizando-se das instalações do H Mil A Brasília.
2. As rotinas dos serviços constam no Anexo II referente a especificação dos serviços e podem sofrer alterações de acordo com a necessidade do serviço ou alteração de normas e rotinas propostas pela CCIH do H Mil A Brasília, em consonância com as normas das legislações vigentes.
3. A contratada deverá manter arquivo com toda a documentação relativa à execução do contrato, a qual, quando solicitada, deverá ser apresentada à fiscalização do contrato.
4. Os serviços deverão ser rigorosamente executados de acordo com o Anexo II - Especificações de Serviços, não sendo aceitas quaisquer modificações sem a expressa autorização, por escrito, da fiscalização e em conformidade com os seguintes normativos, em especial:
 1. Resolução – RDC ANVISA nº 07, de 24 de fevereiro de 2010.
 2. Resolução – RDC ANVISA nº 26, de 11 de maio de 2012.
 3. Resolução – RDC ANVISA nº 137, de 08 de fevereiro de 2017.
 4. Qualquer esclarecimento adicional dos serviços a serem executados, objeto da presente Norma de Execução, deverão ser obtidos com a fiscalização.

2. Logística

1. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
2. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.
3. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

3. Segurança no Trabalho

1. A contratada deverá promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os EPI's necessários e compatíveis com as funções por eles desenvolvidas, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras cirúrgicas, máscara N95, etc., fiscalizando seu uso obrigatório e exigindo-lhes que cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas.
2. Para a execução dos serviços, a contratada deverá seguir as prescrições da NR 32, Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde, 2019 e, em particular, se orientar pela Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977, que altera o capítulo V, do título III da CLT (DOU de 23/12/1977).
3. Da mesma forma, deverão ser observadas as Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego, aprovadas pela Portaria nº 3214, de 08 de junho de 1978 (suplemento do DOU de 06/07/1978), em especial a NR. 4 - Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT); NR. 5 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); NR. 6 - Equipamento de Proteção Individual – EPI e NR 32.
4. A fiscalização poderá ordenar providências para modificar hábitos dos profissionais visando a redução de risco de acidentes.
5. Todas as despesas acima listadas são fixas e deverão ser computadas na proposta do licitante, e não serão ressarcidas por demanda.

4. Insalubridade e Periculosidade

1. A contratada deverá pagar mensalmente aos seus empregados adicional de insalubridade e/ou periculosidade, conforme o caso, consoante Laudo Pericial emitido de acordo com as Normas Regulamentadoras nº 15 e nº 16 do Ministério do Trabalho e Emprego.
2. Todas as despesas acima listadas são fixas e deverão ser computadas na proposta do licitante, e não serão ressarcidas por demanda.

5. Qualificação da mão de obra empregada

1. A mão de obra empregada na realização dos serviços deverá ter profissionais com formação compatível com os serviços a serem realizados, conforme especificado em tabela do item 2 do ANEXO II – Especificações dos Serviços.

6. Acompanhamento dos resultados e fiscalização

1. Haverá reuniões mensais com a Equipe de Fiscalização do H Mil A Brasília.
2. As reuniões deverão ocorrer mensalmente, com a apresentação dos indicadores e evolução dos índices quantitativos e qualitativos. Na oportunidade serão revistos os processos envolvidos, validados fluxos e criados planos de ação na busca por melhorias no atendimento aos pacientes encaminhados à UTI.
3. A CONTRATADA deverá ter como princípio a transparência nas suas ações, visando sempre as melhores práticas de ética profissional e por isso prestará contas de toda produção assistencial, bem como apresentará aos gestores do H Mil A Brasília as contas hospitalares dos pacientes que ficaram sob seus cuidados de maneira a permitir à instituição a cobrança destes valores.
4. Serão realizadas reuniões para a avaliação do indicadores de qualidade de que trata o item 6 do ANEXO II – Especificações dos Serviços, assim como para discussão de casos clínicos, com periodicidade a ser definida entre os gestores do H Mil A Brasília e a coordenação médica da CONTRATADA;
5. O Coordenador Médico da UTI participará das reuniões de Corpo Clínico e, a critério dos gestores do H Mil A Brasília, nas Comissões pertinentes, contribuindo efetivamente nas soluções para os problemas de ordem médico-

administrativa relacionados à UTI.

6. Os serviços descritos neste estudo deverão ser executados dentro dos padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulado pelo H Mil A Brasília, de acordo com o ANEXO V - Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
7. As informações sobre dados de desempenho e resultados não poderão ser divulgados a terceiros, exceto nos casos dos órgãos fiscalizadores da CONTRATANTE (auditores, conselhos e outros) estando os infratores sujeitos às penalidades estabelecidas em contrato.
8. A CONTRATANTE designará comissão de execução e fiscalização, com pessoal de seu quadro de colaboradores, para garantir o fiel cumprimento das regras estabelecidas no contrato a ser firmado com a CONTRATANTE.

7. Monitoramento da execução

1. Conferência do quantitativo/qualitativo dos serviços e dos requisitos técnicos descritos neste estudo, visando o ateste da execução dos serviços, a cargo do Fiscal do Contrato;
2. Identificação de falta de conformidade com os termos contratuais, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato, se for o caso;
3. Verificação do atendimento aos termos contratuais a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato;
4. Encaminhamento de indicação de sanções, glosas ou outras providências por parte do Gestor do Contrato para à Área Administrativa;
5. Confecção e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo para fins de encaminhamento para pagamento, a cargo do Gestor e do Fiscal do Contrato.

16. ANEXO IV - UNIFORMES

UNIFORMES

A CONTRATADA deverá providenciar para que os profissionais indicados se apresentem ao Hospital Militar de Área de Brasília (H Mil A Brasília) trajando roupas adequadas ao ambiente militar.

1. FORNECIMENTO DE UNIFORMES

1. O CONTRATANTE fornecerá o uniforme conforme contrato nº 09/2025 com a empresa LAVANDERIA HOSPITALAR ACQUA FLASH LTDA.
2. Os uniformes deverão ser entregues a todos os profissionais de saúde mediante recibo, que deverá conter: relação nominal dos profissionais, especificação e quantitativo de cada peça recebida, data do recebimento e assinatura do profissional.
3. O recibo deverá ser guardado para fins de controle da contratada e do contratante (na pessoa do Fiscal do Contrato da Lavanderia ou seu representante).
4. A CONTRATADA ficará responsável pela conservação e bom uso dos uniformes que ficarão sob sua guarda, substituindo os mesmos no caso de dano.
5. A CONTRATADA não poderá cobrar do profissional o custo do uniforme, salvo em caso de comprovado dano causado pelo profissional, e desde que tal possibilidade tenha sido acordada em contrato de trabalho.
6. O calçado a ser utilizado pelos profissionais é de responsabilidade da contratada, e deverá ser um calçado fechado, de borracha, na cor padrão da contratada.
7. Todos os profissionais deverão portar crachá com foto, cujo fornecimento ficará a cargo da contratada.
8. Cuidar para que seus funcionários se apresentem diariamente ao seu local de trabalho, devidamente uniformizados, barbeados, cabelos em coque e unhas aparadas e limpas, com esmalte incolor ou cor similar clara, não utilizar bijuterias e joias para não aumentar o risco de infecções e acidentes do trabalho, e com aparência pessoal adequada.
9. A contratada será responsável pela aquisição e fornecimento de todo equipamento de proteção individual (EPI) necessário aos funcionários no desempenho de suas funções (avental descartável, máscaras cirúrgica,

máscara N95, luvas, etc), e todo EPI que for necessário para o desenvolvimento da atividade do funcionário, arcando novamente com todos os custos.

17. ANEXO V - IMR

ANEXO V

- MINISTÉRIO DA DEFESA
- EXÉRCITO BRASILEIRO
 - CMP – 11ªRM
- HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE BRASÍLIA

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Nº 01 – Mortalidade no CTI		
Item	Descrição: Avaliação da taxa de mortalidade real observada na Unidade de Terapia Intensiva em comparação à mortalidade esperada, ajustada pelo escore de gravidade clínica dos pacientes admitidos.	
Finalidade	Garantir um atendimento adequado	
Meta a cumprir	0,8	
Instrumento de medição	Score Relativo de Mortalidade	
Forma de acompanhamento	Relatório de prestação de contas	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	Através do Score de Gravidade dos internados	
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.	
Faixas de ajuste no pagamento	Índice de desempenho	% pagamento no mês
	Até 0,8	100
	0,8 a 1,0	95

	Acima de 1,0	90
Sanções	O descumprimento das metas ensejará a aplicação de glosas e multas progressivas. Para pagamento de 95%, será aplicada multa de 10% sobre o valor da fatura mensal. Para pagamento de 90%, será aplicada multa de 15% sobre o valor da fatura mensal, cumulada com a abertura de processo administrativo para rescisão contratual.	
Observações	Eventuais variações estatísticas fora do controle da contratada deverão ser justificadas pelo preposto e submetidas à análise e decisão final do Gestor/Fiscal do contrato.	

Nº 02 – Taxa de Reinternação em 72h		
Item	Descrição: Monitoramento de pacientes que retornam ao hospital para internação em até 72 horas após a concessão da alta hospitalar.	
Finalidade	Identificar altas precoces, falhas na reconciliação medicamentosa ou instabilidade clínica não detectada no momento da desospitalização.	
Meta a cumprir	Inferior a 2%.	
Instrumento de medição	Censo hospitalar e registros de admissão/alta do SGH.	
Forma de acompanhamento	Relatório de prestação de contas	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	$\frac{\text{Total de reinternações em } < 72h}{\text{Total de altas no período}} \times 100$	
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.	
Faixas de ajuste no pagamento	Índice de desempenho	% pagamento no mês
	Até 2%	100

	2,1 a 4%	95
	Acima de 4%	90
Sanções	O descumprimento das metas ensejará a aplicação de glosas e multas progressivas. Para pagamento de 95%, será aplicada multa de 10% sobre o valor da fatura mensal. Para pagamento de 90%, será aplicada multa de 15% sobre o valor da fatura mensal, cumulada com a abertura de processo administrativo para rescisão contratual.	
Observações	Eventuais variações estatísticas fora do controle da contratada deverão ser justificadas pelo preposto e submetidas à análise e decisão final do Gestor/Fiscal do contrato	

Nº 03 – Tempo Médio de Permanência por GHS		
Item	Descrição: Monitoramento do tempo de internação dos pacientes, segmentado por Grupo de Diagnóstico Homogêneo (GHS) ou protocolo clínico específico.	
Finalidade	Monitorar se a permanência está adequada à patologia, evitando altas prematuras que geram reinternação ou prolongamentos desnecessários que aumentam o risco de infecção hospitalar.	
Meta a cumprir	Variável conforme protocolo clínico definido pela Meta Institucional.	
Instrumento de medição	Relatórios de gestão de leitos e indicadores de produção hospitalar.	
Forma de acompanhamento	Relatório de prestação de contas	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	Somatório Dias de Internação	
	Total de pacientes saídos	
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.	
	Índice de desempenho	% pagamento no mês
	Dentro da meta estabelecida	100

Faixas de ajuste no pagamento		
	Até 10% acima ou abaixo da meta	95
	Acima de 10% de desvio	90
Sanções	O descumprimento das metas ensejará a aplicação de glosas e multas progressivas. Para pagamento de 95%, será aplicada multa de 10% sobre o valor da fatura mensal. Para pagamento de 90%, será aplicada multa de 15% sobre o valor da fatura mensal, cumulada com a abertura de processo administrativo para rescisão contratual.	
Observações	Eventuais variações estatísticas fora do controle da contratada deverão ser justificadas pelo preposto e submetidas à análise e decisão final do Gestor/Fiscal do contrato	

Nº 04 – Satisfação dos clientes e/ou família		
Item	Descrição: Mensuração do nível de satisfação dos pacientes e familiares em relação ao atendimento recebido, hotelaria e comunicação médica.	
Finalidade	Garantir a qualidade percebida e o acolhimento humanizado no ambiente hospitalar.	
Meta a cumprir	Zero falhas ou reclamações, sendo permitido no máximo 01 falha/reclamação	
Instrumento de medição	Formulário de Registro de Fato	
Forma de acompanhamento	Relatório de registros de fatos	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	<p>Cada Registro de Fato considerado não justificado pelo Gestor /Fiscal do contrato valerá um ponto de demérito</p> <p>Cada registro não justificado = 1 Registro com justificativa aceitável= 0</p>	
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.	
	Qtd de registro não justificados	% pagamento no mês

Faixas de ajuste no pagamento	0 a 1	100
	2 a 3	95
	4 a 5	90
	6 a 7	85
	8 a 9	80
Sanções	a. de 10 a 15 registros não justificados ao mês- 80% do valor a ser pago + multa de 10%; b. acima de 15 registros não justificados ao mês- 80% do valor a ser pago + multa de 15%+ rescisão contratual;	
Observações	- Qualquer integrante do Hospital Militar de Área de Brasília poderá realizar uma reclamação do serviço por meio do Formulário de Registro de Fato (modelo anexo). - A contratada por meio do Encarregado ou preposto, realizará a exposição de justificativas no mesmo Formulário. - O Gestor ou Fiscal do contrato é o responsável por decidir se a falha/ reclamação apresenta justificativa que possa desconsiderar o registro.	

18. ANEXO VI - TERMO DE CIÊNCIA

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Brasília - DF, de de 20.... .

 (Nome *e Cargo do Representante Legal*)

19. ANEXO VII - Modelo de Proposta

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

(Insira aqui o nome da empresa, CNPJ, endereço e contatos)

2. OBJETO DA PROPOSTA (Breve descrição do serviço, ex: Gestão de corpo clínico e multidisciplinar para unidade hospitalar)

3. DECLARAÇÃO DE GARANTIA DE QUALIDADE

Declara-se a garantia da qualidade dos serviços ofertados, assegurando a entrega rigorosa nos prazos e quantidades estabelecidos. A proposta abrange o fornecimento integral de:

Recursos Humanos: Profissionais qualificados e devidamente registrados em seus conselhos de classe.

Insumos e Materiais: Provimento de materiais necessários para a execução das atividades.

Equipamentos: Tecnologia e suporte técnico operacional.

4.DIMENSIONAMENTO DO CORPO TÉCNICO (DETALHAMENTO FINANCEIRO)

A estrutura de custos foi baseada no valor por leito para garantir a viabilidade operacional e a assistência integral ao paciente.

№	Cargo / Função	Valor Médio por Leito (R\$)	Total Mensal (R\$)	Total Anual (R\$)
1	MÉDICO DIARISTA (8h)	R\$ 00,00	R\$ 0.000,00	0000.000,00
2	MÉDICO PLANTONISTA (12h)	R\$ 0000,00	R\$ 00.000,00	00.000,00
3	MÉDICO COORDENADOR / RT	R\$ 0,00	R\$ 00.000,00	000.000,00
4	ENFERMEIRO ASSISTENCIAL (12h)	R\$ 00,00	R\$ 00.000,00	000.000,00
5	ENFERMEIRO GESTOR / RT	R\$ 000	R\$ 000,00	00000000,00
6	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 00,00	R\$ 00000	0000,0000

7	FISIOTERAPEUTA	R\$ 0,00	R\$ 00.000,00	000.000,00
8	FISIOTERAPEUTA / RT	R\$ 0000,00	R\$ 000,000,00	0000,00
9	FARMACÊUTICO	R\$ 00,00	R\$ 00.00,00	000000,00
10	NUTRICIONISTA	R\$ 000,0	R\$ 0000,00	000000,00
11	PSICÓLOGO	R\$ 000,00	R\$ 000.0,00	00.000,00
12	FONOAUDIÓLOGO	R\$ 00,00	R\$ 000.000,00	000.000,00
13	ASSISTENTE SOCIAL	R\$ 0,00	R\$ 00.000,00	000.000,00
14	ADMINISTRATIVO / APOIO	R\$ 0,00	R\$ 00.000,00	000.000,00
15	ESPECIALISTA BEIRA LEITO	R\$ 00,00	R\$ 00.000,00	000.000,00
	TOTAL	R\$ -	R\$ -	-

5. CONDIÇÕES COMERCIAIS

Valor Total da Proposta: R\$ [Valor Extenso].

Prazo de Mobilização: Início imediato após a formalização contratual e emissão da Ordem de Serviço (OS).

Condições de Pagamento: Transferência bancária com prazo de até 30 dias após o aceite da nota fiscal.

6. VALIDADE DA PROPOSTA

Esta proposta é válida por [Número] dias a contar da data de sua apresentação.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAFAIA BAUER BRINATI

Membro da comissão de contratação

JULIANA ECCARD CARDOSO

Membro da comissão de contratação

IGOR ARAUJO CRUZ

Membro da comissão de contratação

GABRIEL POLETI PONCE

Membro da Equipe de Planejamento - Administrativo